

3ª Conferência FORGES

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Dezembro 2013

Mulheres Licenciadas e a Promoção do Desenvolvimento em Países de Língua Oficial Portuguesa: Que diferença faz o Ensino Superior?¹

Isabel Joaquina Ramos (iar@uevora.pt), ICAAM-U.E & Departamento de Planeamento, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora, Portugal

Maria Raquel Lucas (mrlucas@uevora.pt), CEFAGE-UE & Departamento de Gestão, Universidade de Évora, Portugal

Maria da Conceição Rego (mcpr@uevora.pt), CEFAGE-UE & Departamento de Economia, Universidade de Évora, Portugal

Maria Leonor da Silva Carvalho (leonor@uevora.pt), ICAAM-U.E & Departamento de Economia da Universidade de Évora

Resumo

A relação entre o ensino superior e o desenvolvimento está em geral bem estabelecida. Os países e as regiões com elevados níveis de qualidade de vida também mostram níveis elevados de literacia. Inversamente, nos países em desenvolvimento, e noutros com grandes proporções de cidadãos com baixos níveis de qualidade de vida, coexistem habitualmente baixas taxas de qualificação da população associadas com as mais altas taxas de pobreza e exclusão social, desemprego, analfabetismo, mortalidade infantil, incidência de HIV, malária e tuberculose, entre outras. Acresce que, neste países, a desigualdade de género nas esferas sociais, políticas e económicas é relevante e evidente.

Níveis mais elevados de educação promovem maior bem-estar e qualidade de vida, por via dos rendimentos auferidos. No caso particular das mulheres, as mais qualificadas terão tendência a melhorar o seu estatuto na sociedade e a modificar positivamente o seu estilo de vida. Por outro lado é expectável que motivem, de forma natural, à sua descendência a importância da aprendizagem e da aquisição de

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (concessão PEst-C/EGE/UI4007/2011).

conhecimentos. Esta questão é particularmente pertinente em sociedades de tipo matriarcal onde as mulheres desempenham um papel determinante na economia. Do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios, podem contribuir ainda para a construção de uma sociedade mais sustentável.

O presente trabalho tem como objectivo discutir a importância da obtenção de uma licenciatura na valorização social e económica das mulheres nos países de língua oficial portuguesa e, conseqüentemente, na promoção do desenvolvimento da sociedade.

Para tal utilizam-se dados de tipo qualitativo, provenientes de estudos sobre o tema já desenvolvidos por outros investigadores, bem como dados de tipo quantitativo disponíveis nas estatísticas de organismos internacionais. A título de exemplo, apresentam-se os primeiros resultados de um estudo exploratório de natureza qualitativa, com base numa entrevista aplicada a uma amostra de conveniência de mulheres angolanas licenciadas.

Palavras-Chave: Mulheres, Ensino Superior, Desenvolvimento Sustentável, PLOP

1. Introdução

A educação é um direito universal e uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, para a produtividade e para a criatividade, assim como para se tornarem cidadãos e cidadãs activos e críticos, preparados para participar nas práticas democráticas das sociedades. A discussão teórica sobre o papel da educação para o desenvolvimento decorre, em primeiro lugar, da teoria de Becker (1964) sobre o capital humano bem como da relevância da sua ligação ao mercado de trabalho defendida por Spence (1973). Paralelamente a esta questão, e de forma particularmente mais acutilante nos países menos desenvolvidos, está o problema social da desigualdade de género, a valorização do estatuto da mulher licenciada, o combate à pobreza e, em termos gerais, o aproveitamento do capital humano para o desenvolvimento (nas suas vertentes económica, social e ambiental). Tal implica conhecimento sobre os impactes do ensino superior na valorização pessoal e profissional das mulheres, sendo ainda necessário demonstrar cientificamente a importância do investimento em educação e as restrições ao seu acesso.

Na maioria dos países africanos, particularmente nos da África subsariana, o número de mulheres no ensino superior é geralmente baixo (no total da população com idade para aceder e frequentar este grau de ensino), sendo a desigualdade de género nas esferas sociais, políticas e económicas relevante. Nos países menos desenvolvidos, as mulheres que desempenham tarefas fundamentais na organização das actividades familiares são frequentemente afastadas demasiado cedo do sistema educativo, de modo, precisamente, a responsabilizarem-se pela organização das várias tarefas relacionadas com o funcionamento e manutenção da casa de família. A relevância deste tema tem vindo a ser destacada em diversos estudos desenvolvidos por investigadores (Stacki & Monkman, 2003; Blundell, 2005; Bukhsh, 2007; Morley et al., 2009) bem como por organizações internacionais, de que é exemplo o documento organizado pela UNESCO em 2010 (*Global Education Digest 2010*, UNESCO, 2010).

Se, genericamente, níveis mais elevados de educação promovem maior bem-estar e qualidade de vida, por via dos rendimentos auferidos, as mulheres mais qualificadas terão tendência a melhorar o seu estatuto na sociedade e a modificar o seu estilo de vida: terão maiores expectativas em termos de carreira e por isso casarão mais tarde, terão famílias menos numerosas e, conseqüentemente, famílias mais saudáveis (Vieira & Vieira, 2009). A “tradição” de estudar será também transmitida aos filhos de forma mais estruturada e como algo natural. Acresce o facto de, através de maiores níveis de educação, as mulheres conseguirem mais facilmente traduzir o seu conhecimento empírico em conhecimento científico, enriquecendo-o, e tirando mais partido dos recursos existentes. Esta questão é particularmente pertinente em territórios de características marcadamente rurais, que vivem de explorações agrícolas (de subsistência em muitos casos) onde as mulheres desempenham um papel determinante (Boserup, 2007). Níveis de educação mais elevados permitem ainda às mulheres uma participação mais activa nas decisões do quotidiano, dentro e fora da família, tornando mais fácil a transmissão do seu conhecimento e, por essa via, uma melhor e mais eficaz utilização global dos recursos, levando a melhores rendimentos. Do ponto de vista da sustentabilidade dos territórios, contribuirão em larga escala para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Quando o objectivo da investigação se prende com o estudo da inter-relação existente entre educação e desenvolvimento – relação esta que se sabe ser positiva –

deve-se desde logo começar por equacionar a discussão em termos inter-geracionais e em termos dos valores predominantes nas famílias (Thomas, 1995; Lopes, 2001). De facto, a decisão de manter (ou não) os filhos a estudar cabe, em primeiro lugar, aos pais. Assim, o *stock* de capital humano que um dado território – um continente, um país ou uma região – vier a ter no futuro, por exemplo, na próxima geração, é o resultado daquilo que hoje as famílias decidirem em termos da manutenção dos filhos no sistema educativo. Obviamente que estas decisões estão relacionadas com os valores predominantes na sociedade, designadamente com os resultados associados a uma análise custo-benefício feita entre a decisão de manter os filhos no sistema de ensino e a opção de fomentar a sua integração mais cedo no mercado de trabalho. É claro que esta análise – feita, exclusivamente, para os graus de ensino não obrigatórios – depende de factores diversos, como sejam o nível global de escolaridade do território em questão, a maior ou menor facilidade em integrar o mercado de trabalho, a diferença de remuneração associada a níveis de escolaridade mais elevados, entre outros (Rego & Caleiro, 2004 e 2010; Rego, 2005; Vieira & Vieira, 2009).

Com este artigo pretende-se discutir uma metodologia para identificar os impactes resultantes da frequência do ensino superior, na valorização social e económica das mulheres licenciadas e, conseqüentemente, na sociedade, verificando quais as condições de partida (*background* familiar/motivação) que lhes permitem obter esta formação. Este estudo, que se pretende seja de natureza comparativa e possa ser desenvolvido nos países de língua oficial portuguesa, organiza-se da seguinte forma: depois desta breve introdução, onde também se apresenta de forma sucinta o foco teórico subjacente, expõe-se a metodologia utilizada, a que se segue a análise e discussão dos resultados. Estes resultam quer da informação primária recolhida, quer da aplicação exploratória da metodologia, testada com uma amostra de conveniência de mulheres licenciadas em Angola. O texto termina com uma breve secção de notas finais.

2. Metodologia

2.1. Abordagem ao tema

A escassez de trabalhos desenvolvidos sobre a temática leva a uma pesquisa aplicada visando a criação de conhecimentos direccionados para a solução do problema específico em estudo. Não existindo uma metodologia particular que dê resposta ao

objectivo do presente trabalho e considerando a variedade de procedimentos metodológicos disponíveis para a realização de trabalhos de pesquisa em ciências sociais (Quivy & van Campenhoudt, 2008; Yin, 2009), optou-se por uma abordagem que conjugue a pesquisa exploratória de natureza qualitativa com uma pesquisa descritiva, de corte transversal.

Os trabalhos desenvolvidos de natureza exploratória, qualitativos, tiveram em vista clarificar o problema de investigação num domínio onde existe pouco material bibliográfico. Embora atual, não existe muita informação registada nem informações cientificamente produzidas que atendam às necessidades da investigação em causa. Pretendeu-se, assim, proporcionar uma visão geral mais aprofundada sobre o problema, fazendo emergir aspectos e variáveis até então desconhecidos e deixando em aberto questões a explorar futuramente.

Para o efeito, entende-se que a técnica mais adequada para a recolha de dados primários é a realização de uma entrevista (Yin, 2009). Tratando-se de um estudo onde se pretende entender e discutir a importância da obtenção de uma licenciatura pelas mulheres e relacioná-la com a sua promoção e valorização socioeconómica e da sociedade, será através da entrevista que se obtêm, entre outros, informação sobre as expectativas individuais, o que pretendem e as razões para tal, aspectos que não estão disponíveis nos estudos estatísticos realizados. A escolha da técnica da entrevista como instrumento fundamental de recolha de informação primária justifica-se por ser, de acordo com Yin (2009), uma das principais formas de obtenção de dados, sobretudo em estudos sobre relações humanas que devem ser relatadas e interpretadas através do olhar de intervenientes específicos e de outros entrevistados bem informados que forneçam informação pertinente sobre determinada situação.

A título ilustrativo, apresentam-se os resultados de uma entrevista já realizada a uma amostra de mulheres angolanas licenciadas. A análise da informação foi realizada em função do objectivo de estudo por meio de análise dos conteúdos das respostas dadas.

No que se refere à pesquisa descritiva, o objectivo é conhecer as características de determinados países e proceder a comparações entre elas. No caso concreto, o trabalho foi desenvolvido a partir dos dados e informações ao nível nacional, sobre a temática, obtidos através de PNUD (2013).

2.2. Entrevista aplicada a mulheres angolanas

Para a recolha de informação primária foi usada uma entrevista suportada num guião especificamente ajustado aos objectivos do estudo. Em termos conceptuais, este instrumento incluiu quatro questões fundamentais: a) aspectos ligados à obtenção da licenciatura; b) valorização económica e social decorrente da obtenção da licenciatura; c) o futuro da mulher licenciada; e d) aspetos a considerar em futuras pesquisas sobre o tema. Na questão a) obtenção da licenciatura, tentou perceber-se que razões levaram a mulher a estudar e que aspectos (positivos ou condicionantes) motivaram a escolha do curso e da universidade; as dificuldades que encontrou, quer no ingresso ao ensino superior quer durante a frequência do curso; que tipo de apoios teve, sejam familiares ou outros e quais; e, ainda, quais as condições fundamentais para a frequência do ensino superior. A questão b) relativa à valorização económica e social pós-licenciatura, abordou aspectos relativos ao acesso e promoção de emprego, nomeadamente se a licenciatura facilitou o acesso ao 1º emprego ou, nos casos em que a mulher já estava empregada, se houve promoção na categoria e/ou no salário decorrentes da obtenção do grau. Questionou-se ainda a existência de discriminação salarial pelo género. No que se refere ao reconhecimento e estatuto social, procurou-se ainda saber por parte de quem ocorre esse reconhecimento (colegas ou chefe no trabalho, família e/ou sociedade em geral e por si própria). Por outro lado, se daí decorrem alterações no papel familiar, na tomada de decisão e nas suas atitudes no quotidiano.

Duas últimas questões, de natureza mais aberta, foram ainda abordadas, e serão, tal como as restantes, analisadas na secção seguinte.

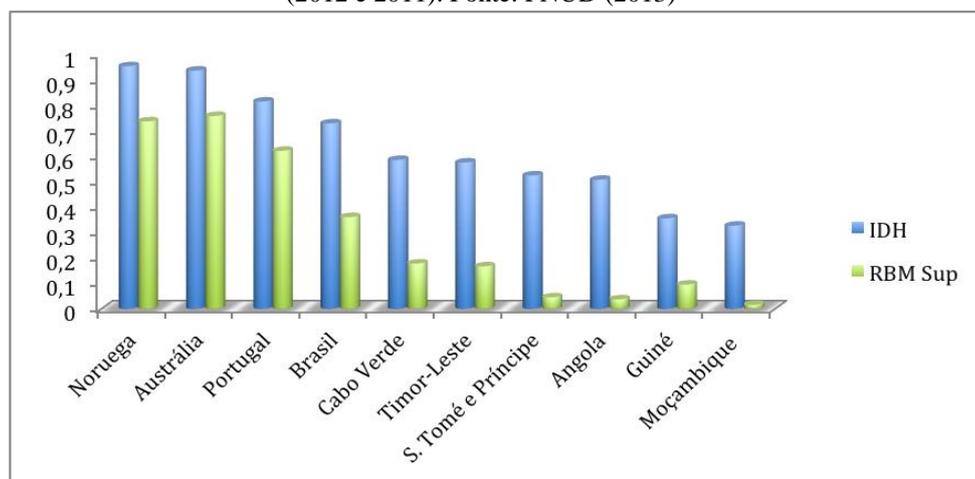
3. Resultados

3.1. Caracterização e comparação dos países

Países e regiões com níveis mais elevados de bem-estar e qualidade de vida, medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são, em simultâneo, os territórios onde os níveis de qualificação escolar e de saúde são também mais elevados (Quadro 1 e Figura 1). Nesta classificação, elaborada pela ONU, a Noruega e a Austrália são os países que registam os melhores níveis de qualidade de vida. A par dos níveis de rendimento per capita mais elevados, nestes países, também os indicadores

relativos à educação e à saúde são bastante mais elevados por comparação com os países que são objecto do nosso estudo. Aliás, apenas os incluímos neste quadro para frisar a ‘distância’ a que os países de língua oficial portuguesa estão dos países com melhores níveis de qualidade de vida no mundo.

Figura 1: Comparação dos níveis de desenvolvimento com o rácio bruto de matrículas no ensino superior (2012 e 2011). Fonte: PNUD (2013)



Quadro 1: Alguns indicadores de desenvolvimento humano. Fonte: PNUD (2013)

Países	IDH (2012)	EVN (2012)	MAE (2010)	AEE (2011)	RNBpc (2012)
(1) Noruega	0,955	81,3	12,6	17,5	48,688
(2) Austrália	0,938	82,0	12,0	19,6	34,340
(43) Portugal	0,816	79,7	7,7	16,0	19,907
(85) Brasil	0,730	73,8	7,2	14,2	10,152
(132) Cabo Verde	0,586	74,3	3,5	12,7	3,609
(134) Timor Leste	0,576	62,9	4,4	11,7	5,446
(144) S. Tomé e Príncipe	0,525	64,9	4,7	10,8	1,864
(148) Angola	0,508	51,5	4,7	10,2	4,812
(178) Guiné	0,355	54,5	1,6	8,8	941
(185) Moçambique	0,327	50,7	1,2	9,2	906

Legenda: EVN: Esperança de Vida à Nascimento (anos); MAE: Média de Anos de Escolaridade (anos); AEE: Anos de Escolaridade Esperados (2011); RNBpc: Rendimento Nacional Bruto per capita (ppc em usd de 2005)

De acordo com o indicador de desenvolvimento humano, entre os países de língua oficial portuguesa constatamos a existência de 3 grupos distintos: um grupo de países com um nível de qualidade de vida elevado (Portugal e o Brasil), um outro conjunto de países com níveis de qualidade de vida intermédia (Cabo Verde, Timor Leste, S. Tomé e Príncipe e Angola) e ainda um terceiro grupo de países entre os mais pobres do mundo (Guiné e Moçambique).

Esta posição no *ranking* do desenvolvimento humano reflecte muito das diferenças em termos de rendimento *per capita* (o rendimento médio de um norueguês é cerca de 53 vezes superior ao de um moçambicano) bem como o facto de os países menos desenvolvidos terem níveis de educação muito abaixo dos países desenvolvidos (nos casos de Moçambique e da Guiné o número médio de anos de escolaridade é inferior a 2). Com excepção de Portugal e do Brasil, em todos os restantes países de língua oficial portuguesa o número de anos de escolaridade esperados fica abaixo do necessário para que os estudantes possam frequentar o ensino superior. O indicador relativo à saúde – esperança de vida à nascença – é cerca de 30 anos mais elevado na Noruega, por comparação com Angola, Moçambique ou Guiné. Este indicador revela não só a qualidade do acesso aos cuidados de saúde, sobretudo no caso da saúde materno-infantil, mas também o acesso/disponibilidade a água potável ou à existência de adequado tratamento de esgotos.

A verificação de alguns indicadores relativos ao sistema educativo nos países em estudo (Quadro 2) confirma o cenário de desigualdades já evidenciado com os dados anteriores. Em termos do contributo do sistema educativo para o desenvolvimento, destaca-se: *i*) a existência de níveis de analfabetismo, particularmente em Timor Leste, Guiné e Moçambique, que afectam cerca de metade da população destes países; *ii*) as baixas taxas de matrícula nos ensinos secundário e superior (neste caso em particular destacam-se, pela negativa, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe); e *iii*) as elevadas taxas de abandono escolar no ensino primário, particularmente gravosas nos casos de Angola e Moçambique.

Quadro 2: Alguns indicadores relativos ao sistema educativo. Fonte: PNUD (2013)

	Sucesso escolar		Rácio Bruto de Matrículas (%; 2002-11)			PEP c/FPE	Tx AEP
	TAA	PES	Primário	Secundário	Superior		
(1) Noruega	-	95,2	99,0	110,0	73,8	-	0,5
(2) Austrália	-	92,2	104,0	129,0	75,9	-	-
(43) Portugal	95,2	40,4	114,0	107,0	62,2	-	-
(85) Brasil	90,3	49,5	127,0	101,0	36,1	-	24,3
(132) Cabo Verde	84,3	-	110,0	88,0	17,8	90,0	14,3
(134) Timor Leste	58,3	-	117,0	56,0	16,7	-	33,4
(144) S. Tomé e Príncipe	89,2	-	134,0	59,0	4,5	40,5	32,0
(148) Angola	70,1	-	124,0	31,0	3,7	-	68,1
(178) Guiné	41,0	-	94,0	38,0	9,5	65,2	34,3
(185) Moçambique	56,1	3,6	115,0	25,0	1,5	75,9	64,4

Legenda: TAA: Taxa de Alfabetização de Adultos (% com 15 anos ou mais) 2005-2010; PES: População com pelo menos o ensino secundário (% com 25 anos ou mais) 2010; PEPc/FPE: Professores do ensino primário com formação para o ensino (%; 2005-2011); Tx AEP: Taxa de abandono escolar no ensino primário (% do grupo do ensino primário – 2002/2011).

3.2. Aplicação exploratória da metodologia – mulheres angolanas

Os resultados são apresentados de acordo com as respostas obtidas através dos inquéritos realizados a 50 mulheres angolanas, com o grau de licenciadas e organizados de acordo com as condições prévias e as consequências da obtenção de formação superior (Quadro 3).

Quadro 3: Síntese dos Resultados Exploratórios. Fonte: Elaboração própria

<i>Condições prévias de acesso ao Ensino Superior</i>	
Razões para estudar	Aumentar o conhecimento (24%) Melhorar competências intelectuais (9%) Adquirir ferramentas para ter sucesso no mercado (6%) Melhoria da condição económica (11%).
Condições essenciais à frequência do ensino superior	Determinação e empenho (52%) Boas bases do ensino médio e secundário (32%) Tempo disponível (16%)

	Apoio familiar e económico (48%).
Principal determinante da escolha do curso e da universidade	Diversidade da oferta formativa Número de vagas e flexibilidade nas formas de admissão inscrição. Distância e custo consequente.
Dificuldades no acesso ao ensino superior	Familiares e económicas (62%). Inexistência de bolsas de estudo (28%). Oferta reduzida (24%). Baixa qualificação do corpo docente (14%).
<i>Consequências da obtenção de formação superior</i>	
Acesso ao emprego	Melhoria da condição laboral e mudança de emprego (22%) Promoção no emprego e rendimento entre 30 a 50% superior resultantes de novos cargos de chefia e de coordenação (64%) Existência de alguma discriminação pelo género em termos salariais (50%).
Reconhecimento e estatuto sociais	Maior reconhecimento (46%) Alteração no papel familiar, quanto a tomada de decisões, maior autonomia e confiança nas decisões tomadas (46%). Maior determinação, segurança e capacidade de participar na sociedade (30%). Menor quantidade e qualidade de tempo dedicado à família (36%).
<i>Futuro da mulher licenciada Angolana</i>	
Perceção do futuro	Com preocupação, não sendo a licenciatura garantia de emprego (56%). Importância é atribuída à capacitação para responder ao mercado de trabalho, à flexibilidade de ajustamento e à formação e aprendizagem ao longo da vida.

Relativamente às condições essenciais ao ensino superior, os resultados obtidos evidenciam não apenas a importância dos factores individuais no envolvimento e motivação à frequência do ensino superior, assim como potenciais constrangimentos relativos à inexistência de boa formação de base. Quanto aos determinantes da escolha da formação e universidade, os resultados são decorrentes do facto de a maioria da oferta formativa estar concentrada na região de Luanda assim como da totalidade das mulheres participantes no estudo ser residente nesta região. No que respeita ao acesso

ao emprego, os resultados não são conclusivos, porque a maioria das mulheres já trabalhava desde o ensino secundário.

4. Notas finais

O estudo desenvolvido permite confirmar a importância da educação de nível superior na melhoria da qualidade de vida e da promoção económica e social das populações em geral e das mulheres em particular.

Os resultados obtidos através da entrevista exploratória realizada a uma amostra de mulheres angolanas licenciadas, ainda que não sejam representativos do ponto de vista estatístico, permitem inferir a importância das mulheres licenciadas na promoção do desenvolvimento em Angola, facto que cremos acontecer nos restantes países em análise. Embora reconhecido como determinante ao nível dos responsáveis pela política pública, pode ser valorizado, nomeadamente no que se refere aos mecanismos que podem e devem ser ativados tendo em vista melhorar as condições prévias ao ensino superior e superar as dificuldades detetadas no seu acesso.

O prosseguimento deste estudo passa, entre outros, por analisar uma questão que ressalta da análise dos diversos documentos existentes, que se prende com as diferenças entre a realidade das áreas rurais e das áreas urbanas, o que suscita a necessidade de enquadrar a problemática e proceder à caracterização nestas duas tipologias de territórios.

Por outro lado, identificados um conjunto de factores que influenciam o acesso à educação – como os familiares, os sociais, as condições económicas ou os modelos de educação superior – será importante inquirir, para além das mulheres, à semelhança do estudo realizado no Uganda por Joy Kwesiga (2002), os pais, *leaders* de opinião, responsáveis pelas instituições de ensino superior e outros responsáveis na área, entre outros agentes relevantes, tendo em vista a obtenção de um leque mais alargado e diversificado de visões que permita consolidar a afirmação de que a promoção do ensino superior nas mulheres leva a um progressivo desenvolvimento mais equilibrado das populações.

Bibliografia

- Becker, G. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago, University of Chicago Press.
- Blundell, R. (2005). Evaluating the effect of education on earnings: models, methods and results from the National Child Development Survey. *Journal for the Royal Statistical Society, Series A*, 168 (3), 473-512.
- Boserup, E. (2007), *Woman's role in economic development*, Earthscan.
- Bukhsh, Q. (2007). Empowerment of women through distance education in Pakistan. *Turkish Online Journal of Distance Education*. Turkey: Anadolu University, Eskisehir, 8 (4), October 2007, 135-151.
- Kwesiga, J. (2002). *Women's Access to Higher Education in Africa: Uganda's Experience*. Kampala: Fountain Publishers.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*. Lisboa. Celta Editora.
- Morley L., Leach, F. & Lugg, R. (2009). Democratizing higher education in Ghana and Tanzania: Opportunity structures and social inequalities. *International Journal of Educational Development*, 29 (1), 56-64.
- PNUD (2013). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*. Acedido Outubro 8, 2013, em <https://hdr.undp.org/en/media/HDR2013%20Portuguese.pdf>
- Quivy, R. & van Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª edição, Gradiva, Lisboa.
- Rego, C. (2005). Universities and economically depressed regions: how strong is the influence of the University of Évora on the human capital of the region. In G. D. Santangelo (Ed). *Technological Change and Economic Catch-Up The role of Science and Multinationals*. Edward Elgar Publishing, pp. 240-260.
- Rego, C. & Caleiro, A. (2004). A atracção das Universidades em Regiões Economicamente Deprimidas: o caso da Universidade de Évora. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 7, 3º quadrimestre, APDR, Coimbra, 19-40.
- Rego, C. & Caleiro, A. (2010). On the spatial diffusion of knowledge by universities located in small and medium sized towns. *iBusiness*, 2 (2), June, 99-105.
- Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*,

87 (3), August, 355-374.

Stacki, S. & Monkman, K. (2003). Change through empowerment processes: women's stories from South Asia and Latin America. *Compare*, 33 (2), 173-89.

Thomas, D. J. (1995). Education and the role of the university in economically developing regions. *Higher Education Policy*, vol.8 (2), 51-62.

UNESCO (2010). *Global Education Digest 2010. Comparing Education Statistics Across the World*. UNESCO Institute for Statistics, Montreal, Canadá.

Acedido Outubro 8, 2013, em

http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/GED_2010_EN.pdf

Vieira & Vieira (2009). Student based funding in higher education systems with declining and uncertain enrolments: the Portuguese case. CEFAGE – U.E., Working Paper 2009_2

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*. Applied Social research methods, vol. 5 (4th Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.